



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

O perfil generalista do Serviço Social: da especialização à criticidade

João Vitor Salvan¹
Mailiz Garibotti Lusa²

Resumo: O trabalho trata sobre o caráter generalista enquanto um traço específico do projeto de formação profissional vigente no Serviço Social brasileiro. Objetiva aprender sobre o sentido construído historicamente para o caráter generalista, a fim de desvendar os determinantes que levaram a categoria profissional afirmá-lo enquanto elemento balizador também para o trabalho do/a assistente social. As reflexões apresentadas resultam de uma pesquisa exploratória, realizada a nível de iniciação científica, fundamentada na perspectiva marxiana, com uso da investigação em fontes documentais, bibliográficas e empíricas. No seu desenvolvimento trata sobre a construção histórica do sentido atribuído ao perfil generalista, problematizando a relação entre o projeto de formação profissional e a universidade, para posteriormente resgatar os principais traços dos projetos de formação que contribuíram para a definição do perfil generalista. A confluência destas reflexões evidencia que o ‘perfil generalista’ é uma definição que está em permanente processo de construção.

Palavras-chave: Formação profissional. Perfil generalista. Serviço social.

The generalist profile of Social Service: from specialization to criticality

Abstract: This paper deals with the generalist character as a specific trait of the current professional training project in the Brazilian Social Work. It aims to learn about the meaning historically constructed for the generalist character, in order to unravel the determinants that led the professional category to affirm it as a guiding element for the work of the social worker as well. The reflections presented are the result of an exploratory research, carried out at the level of scientific initiation, based on the Marxian perspective, using research in documental, bibliographical and empirical sources. In its development, it deals with the historical construction of the meaning attributed to the generalist profile, questioning the relationship between the professional training project and the university, to later rescue the main traits of the training projects that contributed to the definition of the generalist profile. The confluence of these reflections shows that the 'generalist profile' is a definition that is in a permanent process of construction.

Keywords: Professional education. Generalist profile. Social work.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objeto a discussão sobre um traço específico do projeto de formação profissional vigente no Serviço Social brasileiro, que é o seu caráter generalista. Com as reflexões ora apresentadas, busca-se aprender sobre o sentido construído historicamente para o caráter generalista, a fim de desvendar os determinantes

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. É bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq). Integrante do Grupo de Extensão e Pesquisa Terra, Trabalho e Resistência. E-mail: joaovitorsalvann@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (DSS-UFSC), Coordenadora do Grupo de Extensão e Pesquisa Terra, Trabalho e Resistência. E-mail: mailiz.lusa@ufsc.br.

que levaram a categoria profissional afirmá-lo enquanto elemento balizador também para o trabalho do/a assistente social.

Assim, para debruçar-se sobre o objeto mencionado, foi necessário fazer mediações primeiro para captar a compreensão do ‘caráter generalista’ adotado pela categoria ao formular o projeto.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória a nível de iniciação científica — ainda em andamento — e que dado o estágio em que se encontra, centra-se na busca pelo caráter mencionado através de documentos e produções bibliográficas. O processo investigativo investiu sobre as contribuições de Minayo e Netto (dentre outros) para familiarizar-se com o universo da pesquisa.

Os referidos autores conceituam elementos recorrentes do léxico científico, como a própria definição de “pesquisa” feita por Minayo (2009, p. 16), como a “atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. [Aquela] que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”. Metodologia, também na sua compreensão, trata-se do “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador [...]” (MINAYO, 2009, p. 14).

José Paulo Netto, numa perspectiva marxiana, vai abordar a teoria não como um “exame sistemático das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta [...]”, nem mesmo a “construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pós-modernos” (NETTO, 2011, p. 20). Ela é, na verdade, o

[...] *Conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”, portanto, ela é a “*reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa (NETTO, 2011, p. 20-21, grifos do autor).

Do mesmo modo, o que move esta pesquisa é justamente o anseio pelo conhecimento do objeto, captar o que se entende por generalista, qual a compreensão e as expectativas da categoria ao escolhê-lo, em detrimento de uma formação especializada.

As reflexões ora aqui apresentadas aportam-se na discussão e nos resultados ‘parciais’ de pesquisa, uma vez que a mesma ainda encontra-se em processo. Ainda assim, o debate que vem a público neste trabalho reveste-se de importância, uma vez que é produto do aprofundamento investigativo já realizado neste primeiro momento da Iniciação Científica, no qual a centralidade das atividades esteve na pesquisa bibliográfica e documental, com eventual recurso ao material empírico oriundo das entrevistas³.

O trabalho foi estruturado a partir desta seção introdutória, desenvolvimento, considerações finais e referências, das quais tem destaque a organização do desenvolvimento, que trata sobre a construção histórica do sentido atribuído ao perfil generalista.

Espera-se contribuir para dar visibilidade à importância de discutir o caráter generalista da formação profissional, uma vez que ele implica na produção de competências mais amplas e críticas. Elas devem instrumentalizar o egresso para a leitura e análise da realidade social em sua totalidade, conferindo ferramentas para os/as assistentes sociais trabalharem nas diversas áreas de políticas sociais setoriais, com segmentos específicos da população, nos mais variados tipos e níveis de serviços e equipamentos sociais e na diversidade das instituições que se configuram como espaços sócio-profissionais da categoria.

1. PERFIL GENERALISTA: UMA DEFINIÇÃO EM CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E AINDA ABERTA

Partindo da perspectiva do materialismo histórico e dialético, entende-se que o processo de discussão e amadurecimento profissional que leva o Serviço Social brasileiro a propor, defender e envidar esforços para efetivar uma formação que confira habilidades e competências a um profissional com perfil generalista crítico, só pode ser compreendido no contexto sócio-histórico da realidade em que se insere.

Para isso, foram organizadas duas subseções que compõem o desenvolvimento do trabalho, sendo que na primeira coteja-se o projeto de formação profissional na sua relação com a universidade brasileira e os tensionamentos do

³ Registra-se que as atividades de Iniciação Científica são vinculadas a uma pesquisa mais ampla envolvendo o tema do caráter generalista da formação profissional em Serviço Social e sua inflexão para a abordagem da questão agrária. Esta pesquisa iniciou no último trimestre de 2019, foi interrompida durante a Pandemia da Covid-19 e retomada em 2022. Na sua execução realizaram-se procedimentos empíricos com coleta de entrevistas, caracterizando uma investigação envolvendo seres humanos. Neste sentido, foi submetida à apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-IP-UFRGS), sendo aprovada pelo parecer consubstanciado CAAE 19680519.0.0000.5334 de 05/09/2019.

‘mercado’ de trabalho. A segunda subseção resgata os principais traços dos projetos de formação profissional do Serviço Social, de forma a extrair deste processo histórico os elementos de distinção e de articulação com o projeto atual e com a definição do perfil generalista do egresso como diretriz para a formação. À guisa de encerramento ensaia-se a construção do sentido atribuído historicamente para o perfil ou caráter generalista. A confluência destas reflexões evidencia que o ‘perfil generalista’ é uma definição que ainda está em processo de construção histórica.

1.1. Formação em Serviço social e Universidade: entre os tensionamentos do mercado e a formulação de um projeto crítico

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 representam o projeto de formação profissional mais desenvolvido logrado por assistentes sociais, docentes e discentes da área ao longo da trajetória histórica de quase 90 anos no Brasil. Isso significa que ele não se explica em si mesmo, pois encontra-se vinculado ao processo histórico de desenvolvimento da profissão. Nesta trajetória, as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) representam rupturas e continuidades, sendo fundamental compreender o projeto vigente a partir deste contexto. Sua apreensão requer também considerar a dinâmica societária brasileira e, nela, especialmente a Universidade como instituição cujo modelo também produz implicações para os projetos de formação profissional.

No caso específico do Serviço Social, o projeto de formação atual é fruto de longos debates e investigações feitos a nível nacional em meados dos anos 1990 por meio da articulação entre Unidades de Ensino e as instâncias político-organizativas da categoria (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social⁴, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social e Conselhos Federal e Regionais), e dos acúmulos gerados, por exemplo, pelo Currículo Mínimo de 1982, pelo Código de Ética de 1986 e, especialmente, de 19935 e pela Lei de Regulamentação Profissional também de 19936.

Devem ser considerados no processo investigativo da formação: “a questão da formação profissional do assistente social no Brasil está inserida no quadro geral da problemática universitária, expressando, de modo particular, os questionamentos da

⁴ Após 1996, com a incorporação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS), a ABESS passou a chamar-se ABEPSS.

⁵ Resolução CFESS Nº 273 de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

⁶ Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993 - “Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências”.

educação superior na sociedade brasileira” e “a formação profissional mantém uma relação com a prática profissional numa dada sociedade, tendo como referência fundamental a realidade social” (CARVALHO; BONETTI; IAMAMOTO, 1984, p. 111-117). Assim, parte-se da compreensão de que a Universidade é uma instituição em crise⁷, que se expressa em três dimensões: política, econômica e cultural. Política, devido ao autoritarismo entranhado nela, econômica devido a ausência de recursos suficientes para seu desenvolvimento, e cultural devido a relação de estranhamento com a própria realidade. Além disso, cabe destacar, que tal instituição já surge no Brasil tardiamente, dirigida às elites e restrita à cursos hierarquizados ante o status quo. Sua expansão, ainda que sempre realizada com recursos públicos, dirigiu-se fundamentalmente à iniciativa privada.

Dito isso, é necessário lembrar que nos anos 1990 havia uma forte tendência das orientações para a educação superior propaladas pelas agências mundiais que era de produzir uma formação especializada desde a graduação como resposta à requisição do mercado para produção de trabalhadores especialistas segundo as suas demandas. Esta tendência vai marcando cada vez mais as universidades brasileiras, incidindo nas diretrizes de várias áreas profissionais. Foi neste contexto que o atual projeto de formação profissional foi formulado e a decisão pelo perfil generalista do egresso significou mais um elemento contundente de que o Serviço Social seguia na contratendência.

Neste sentido, a escolha do Serviço Social brasileiro pelo perfil generalista opõe-se ao cariz tecnocrático especializado que perfila a reforma do sistema educacional brasileiro dos anos 1990, expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Essa posição na contracorrente ao capitalismo e às determinações das agências mundiais para a educação somente é possível porque a elaboração das Diretrizes Curriculares resultou de um processo participativo e democrático que envolveu toda a categoria profissional (WANDERLEY, 1998). Isso é evidenciado em uma das entrevistas realizadas

7 Para aprofundamento sobre a universidade como instituição em crise sugere-se recorrer à Florestan Fernandes no seu livro “Universidade Brasileira: reforma ou revolução, publicada pela Alfa-Ômega em 1975; e mais recentemente à Roberto Leher nos livros “Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente”, publicado pela Editora Consequência em 2015, e “Autoritarismo contra a universidade”, publicado pela Expressão Popular em 2019.

8 No que tange o ensino superior a LDB é fortemente atravessada Processo de Bologna na Europa, a partir do qual desenham-se interferências diretas no ensino superior latino-americano e caribenho, do qual é exemplo a criação do “Espaço Comum de Ensino Superior – União Europeia, América Latina e Caribe” (Eces-Ueale). Para aprofundamento sugere-se recorrer à tese de doutoramento em Serviço Social de Marinês Coral (CORAL, 2016).

com assistentes sociais que participaram da construção das Diretrizes na condição de assessores ou de consultores do processo.

Então, a formação generalista era a antítese de uma superespecialização, era uma mediação na perspectiva de totalidade que devia ter o currículo, era uma mediação da conexão entre os três núcleos da formação para que eles não tivessem separações e era uma aposta de que quem formaria para o mercado era o processo. Tanto que lá na Revista Serviço Social & Sociedade N. 50, que de 1996, o Zé Paulo vai fazer a defesa da formação continuada e isso, de uma maneira ou de outra, vai confluir com a expansão dos doutorados, pois com isso os mestrados passam a assumir quase o papel que era das especializações (Entrevistada 06, 2019. Documentos de pesquisa).

Eis que a entrevistada expressa muito bem a posição de contratendência à especialização requisitada pelo mercado ainda em nível de graduação. Para ela foi fundamental o aprofundamento das pesquisas e da produção de conhecimento que levou à conquista da maturidade intelectual do Serviço Social brasileiro, o que contribuiu para a decisão por um perfil generalista dissonante às expectativas do mercado. Portanto, um dos determinantes para a opção pelo caráter generalista da formação, que incidirá diretamente no perfil do egresso, foi a adoção do pensamento marxista.

Outro dado encontrado na pesquisa bibliográfica dialoga com as contribuições da entrevistada e confirma a forte disputa entre o cariz de especialização requisitado pelo mercado e a posição de contratendência do Serviço Social ao adotar o caráter generalista. Trata-se da afirmação de Netto (1996), que, ao fazer uma análise prospectiva da profissão, aventou que em curto prazo seria insustentável o problema da formação, o qual dizia respeito, em primeiro plano, ao perfil generalista. Para ele, as exigências do mercado profissional colocariam em crise o caráter generalista, pois as transformações societárias exigiriam cada vez mais um profissional especializado por áreas, com capacidade de elaboração de respostas mais qualificadas, embora a existência de demanda social se mantivesse sem impor grandes ameaças à profissão. Buscando possíveis respostas ao problema, o autor indicava duas saídas: a) uma delas era “afunilar a graduação, dirigindo a formação, desde o início, para especializações”; b) a outra se direcionava a manutenção do “perfil generalista da graduação, institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional” (NETTO, 1996, p. 124-125).

Olhando em perspectiva histórica, passados mais de 25 anos da prospectiva de Netto, e considerando as contribuições da entrevistada, nota-se que se manteve a afirmação do perfil generalista como traço da formação, levando-se a especialização capaz de produzir respostas mais qualificadas para o nível da formação pós-graduada ou mesmo para o âmbito da educação permanente.

Também é importante ressaltar que este debate, apesar de não expresso nos documentos, compunha as discussões e preocupações da categoria naquele momento. Em vista disso, é possível afirmar que havia um debate prévio sobre a necessidade e importância de uma formação mais ampla e menos setorializada, no entanto, será apenas no documento da Comissão de Especialistas publicado em 1999 que a afirmação do perfil generalista ficará registrada.

É fundamental reconhecer que, diferentemente dos currículos anteriores, o projeto de formação construído naquele período inova ao propor a “superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p. 6). Isso fica evidente nos seus núcleos de fundamentação, assim dizendo: 1) Núcleo de Fundamentos da Vida Social; 2) Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; e 3) Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. A proposição dos Núcleos de Fundamentos vem ao encontro de uma concepção mais ampla e crítica de formação, ancorada na perspectiva de totalidade. Representam um conjunto de conhecimentos de onde decorrem as matérias, disciplinas e atividades complementares. São

[...] expressões de uma totalidade de conhecimentos que se complexificam a partir do núcleo teórico-metodológico da vida social, o qual analisa o ser social fundado no trabalho. Esta totalidade se particulariza nos núcleos de fundamentação da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Os conteúdos desses núcleos expressam níveis diferentes de abstração do real, da realidade social e da profissão, permitindo respostas profissionais condizentes com a direção social hegemônica da profissão. São totalidades complexas em níveis distintos e articulados entre si (TEIXEIRA, 2019, p. 80).

Dialeticamente tais elementos se constituem como ponto de chegada da formação, sem deixar de ser ponto de partida, pois ao final do processo o profissional deve ter apreendido os conhecimentos necessários para uma atuação crítica, que também são fonte “para novas incidências teórico-práticas junto à formação profissional” (TEIXEIRA, 2019, p. 67).

E ainda que seja o projeto mais avançado, proponente de uma formação crítica, sustentada no “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social” (ABEPSS, 1996, p. 6), tal como dito acima, a formação desejada se depara com desafios de diversas ordens impostos pela dinâmica societária. Tais desafios perpassam a esfera institucional das universidades, determinados por fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que se chocam com aquilo idealmente projetado pela categoria.

Entre continuidades e mudanças nas últimas duas décadas, estruturalmente a realidade universitária não passou por alterações substanciais. Iamamoto (2014) demonstra isso ao discutir a formação acadêmico-profissional em Serviço Social três décadas depois. Para muitos estudantes, o acesso ao ensino superior se dá por via privada e, num contexto de expansão das tecnologias de informação, especialmente operacionalizadas à distância. A quantidade de vagas é maior na modalidade Ensino a Distância (EaD), em detrimento do modelo de ensino presencial, como ela demonstra no caso do Serviço Social:

No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de ensino a distância (EAD) que ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo as Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013.1. As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Quanto ao segundo pressuposto citado, é necessário ter em vista que as profissões são condicionadas por uma relação dialética entre aquilo que se exige delas (demandas sociais) e as respostas que elas são capazes de dispor, é necessário pensar a relação entre formação profissional e exercício profissional (CARVALHO; BONETTI E IAMAMOTO, 1984). As intelectuais e pesquisadoras de referência apontam que pensar a formação profissional na relação com o exercício profissional deve superar dois equívocos que se apresentam: 1) aquele que reforça a relação da formação com as demandas patronais, do mercado de trabalho, como se ela se restringisse e devesse formar para isso; e 2) o idealismo daqueles que entendem a formação descolada do exercício profissional.

Deste modo, a formação deve capacitar os profissionais para além das demandas usuais, isto é, com condições de “apreender, no movimento da realidade e na aproximação às forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 2014). Essa formação deve ter a realidade social como fundamento, do mesmo jeito que o exercício profissional também deve estar acompanhado da apreensão dessa realidade, que é marcada pela luta de classes.

Convergente a esse debate, Maria Lúcia de Souza (1984) também tece suas contribuições ao falar que:

O trabalho profissional do assistente social se baseia na compreensão e ação da realidade sobre a realidade, a partir do seu cotidiano. Neste sentido, os ensinamentos sobre a realidade social e psicológica da população, sobre a realidade sócio-política das instituições e entre as inter-relações que se dão entre as mesmas, a nível estrutural e conjuntural, devem ser ensinamentos concretos que permitam iniciar o futuro profissional na compreensão do cotidiano de sua futura prática. Com este objetivo, as disciplinas devem, antes de tudo, preocupar-se em responder às exigências de uma aprendizagem que se volte para a compreensão desta realidade [...] (SOUZA, 1984, p. 84).

Assim, cabe indagar as repercussões de uma formação generalista *versus* especializada para a apreensão dessa realidade na sua complexidade, que tem rebatimentos sobre os processos de trabalho no cotidiano profissional, e que vai aparecer aos profissionais de variadas formas, sob diversas demandas, o que requer do a construção de condições de desvelar os fundamentos das inúmeras violências que atravessam a vida da população usuária das políticas sociais.

1.2. Os projetos de formação profissional e a maturação intelectual que leva ao perfil generalista

Na elaboração deste subitem do trabalho, toma-se como pressuposto um importante dado dos resultados parciais da pesquisa bibliográfica e documental, a qual permite afirmar que não se acha menção direta ao caráter generalista, exceto pelo documento produzido pela Comissão de Especialistas. Associado a isso, alguns sujeitos entrevistados na pesquisa empírica afirmaram que o perfil generalista era algo dado, como se já tivesse sido discutido. Neste sentido, disse uma entrevistada:

Eu acho que era algo dado, assim, que eu me lembre, porque quando a gente pega o parecer da Comissão de Especialistas, já aparece lá o perfil generalista. Quando vem o enquadramento, a gente pega do parecer dos Especialistas e mantém essa ideia de perfil generalista. Quando vai a tramitação por dentro do MEC e no Conselho Nacional de Educação, eles mantêm o perfil generalista, mas eles incluem a habilidades e competências específicas, como domínio de tecnologias e que não estava no perfil do profissional que tinha sido elaborado lá atrás, nem nas Diretrizes, nem no documento da Comissão de Especialistas (Entrevistada 11, 2019. Documentos de pesquisa).

O conjunto destes dois elementos exigiu que as atividades investigativas voltassem a atenção aos projetos de formação anteriores, pois, ainda que não expresso, ou seja, não presente o significante (a forma, a palavra), o sentido já se fazia presente. Assim, no processo investigativo foi necessário retomar produções e documentos sobre a

formação elaborados em décadas anteriores, especialmente nos anos 1980, a fim de capturar o sentido atribuído à formação generalista.

Esta pesquisa histórica possibilitou confirmar tal pressuposto sobre a existência de discussões que tangenciavam o tema, especialmente quando apontavam para a necessária superação da formação fragmentada em áreas setoriais. Neste sentido, reconhece nas produções sobre a formação profissional dos anos 1980 a qualidade e a perspectiva crítica de realidade já presentes, como o projeto de pesquisa relativo a avaliação da revisão curricular efetivada quando da implantação do Currículo Mínimo de 1982 (ABESS), que fora formulado e coordenado por Carvalho, Bonetti e Yamamoto (1984) e “A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática” que aponta a relevância da já supracitada relação entre formação e realidade social, de Maria Lúcia de Souza.

A partir destas considerações entendeu-se que era importante voltar ainda mais anteriormente aos desenhos dos Currículos do Serviço Social brasileiro. Assim, reconhecendo a necessidade de aprender sobre os outros projetos de formação da profissão. Para tanto, trabalhou-se com a contribuição de Cardoso (2016) que os resgata e demarca em suas diferenças.

Conforme a autora, a partir da década de 1950, o Ministério da Educação passa a exigir que os cursos de graduação tenham um currículo mínimo nacional, construído nas instâncias de cada profissão e posteriormente aprovado pelo ministério. Assim, em 1953 a categoria aprova seu primeiro currículo de caráter nacional, regulamentado pela Lei n. 1.899, de 13 de junho de 1953, e que nas décadas subsequentes vão sofrer algumas mudanças, como consta no quadro abaixo:

Quadro 1: Currículos Mínimos de Serviço Social

| Currículo Mínimo de 1953 (Lei n. 1.899, de 13 de junho de 1953) | Currículo Mínimo de 1964 (Resolução n. 512/1964) | Currículo Mínimo de 1970 (Parecer n. 242/1970 e Resolução s/n. do Conselho Federal de Educação) |
|--|---|---|
| <p>I — Sociologia e Economia Social; Direito e Legislação Social; Higiene e Medicina Social; Psicologia e Higiene Mental; Ética Geral e Profissional;</p> <p>II — Introdução e Fundamentos do Serviço Social; Métodos do Serviço Social; Serviço Social de Casos — de Grupo — Organização Social da Comunidade; Serviço Social em Suas Especializações; Família — Menores — Trabalho — Médico;</p> <p>III — Pesquisa Social.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Serviço Social; • Serviço Social de Casos; • Serviço Social de Grupos; • Desenvolvimento e Organização da Comunidade; • Administração em Serviço Social; • Psicologia; • Sociologia; • Pesquisa Social; • Economia Social; • Direito; • Ética; • Higiene e Medicina Legal. | <p>a) Ciclo Básico</p> <p>Sociologia; Psicologia; Economia; Direito e Legislação Social; Teoria do Serviço Social.</p> <p>b) Ciclo Profissional</p> <p>Serviço Social de Casos; Política Social; Ética Profissional; Serviço Social de Grupo; Serviço Social de Comunidade.</p> |

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Cardoso (2016).

Percebe-se nesses três projetos de formação a tendência à especialização profissional, como consta no Currículo Mínimo de 1953 que aponta para especializações nas áreas de família, menor, trabalho e medicina. Tem-se nele e nos demais um teor higienista expresso nas disciplinas de saúde; ainda o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, além da fragmentação dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão em disciplinas separadas, como é o caso do primeiro currículo, que salvo melhor análise sequer tem disciplina que aborde a história do Serviço Social.

No segundo, é imprescindível apontar que se orientava para ‘disciplinas básicas’ e não para ‘matérias’ que depois passariam a ser desdobradas em disciplinas. Neste sentido, percebe-se maior rigidez do processo formativo orientado nacionalmente a partir de disciplinas básicas obrigatórias, independente da realidade regional da formação profissional.

Em suma, esses projetos fundamentam-se e apontam para uma perspectiva conservadora, de cariz tecnicista, de matriz funcional-positivista e atrelados à ideologia desenvolvimentista.

Será na processualidade do Movimento de Reconceituação da profissão, que culmina com a hegemonia conquistada pela ‘vertente da intenção de ruptura’ (NETTO, 2008), que ocorrerá a revisão do projeto de formação profissional na busca de romper

com o conservadorismo. Tem-se então um novo Currículo Mínimo aprovado na Assembleia da ABESS na cidade de Londrina no ano de 1979, o qual foi regulamentado pela Resolução n. 6/1982.

Este projeto de formação profissional baliza a formação durante toda década de 1980 até meados de 1990 e se estrutura em: a) Área Básica: Filosofia; Sociologia; Psicologia; Economia; Antropologia; Formação Social, Econômica e Política do Brasil; Direito e Legislação Social. b) Área Profissional: Teoria do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; História do Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Planejamento Social (CARDOSO, 2016).

Todavia, ele ainda não alcança todo acúmulo crítico e os avanços desejados para a formação profissional. Além disso, os fundamentos da profissão continuam fragmentados. Mesmo diante desse limite, esse currículo mínimo forneceu as bases - juntos de outros marcos legais e teóricos - para o currículo posterior: a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, que mal chegou a tornar-se currículo mínimo, e teve de adequar-se às exigências do MEC numa investida contra a educação, que passou a exigir diretrizes curriculares. Para Cardoso (2016), isso implicou propostas “mais flexíveis e sem determinação de disciplina, apenas conteúdos mais gerais. A partir de tais diretrizes, cada unidade de ensino organiza seu projeto político-pedagógico e sua matriz curricular, não havendo uma unidade de currículos nacionalmente” (CARDOSO, 2016, p. 434).

A categoria buscou traçar estratégias para combater isso e adequou a proposta básica aprovada nas instâncias da profissão em forma, mas manteve o conteúdo. Nesse processo constituiu-se uma Comissão de Especialistas indicada pelas próprias entidades da categoria, cujos membros haviam participado do processo de elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, a fim de garantir que o documento mantivesse o acúmulo intelectual e a direção social desejada. Após os trabalhos dessa comissão, o projeto das Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro continuou a tramitar no MEC, tendo recebido alterações de conteúdo importantes, as quais levaram a uma deformação quase contundente (IAMAMOTO, 2014).

Ainda assim, comprometidos com uma formação de qualidade, a opção das unidades de ensino filiadas à ABEPSS foi de amparar-se no texto base do Currículo de 1996, não aquele imposto pelo MEC, que não só não tem legitimidade perante a categoria, mas que aponta a uma direção social conservadora, comprometido com os interesses do

capital, amparado nas diretrizes de grandes instituições burguesas, como o Banco Mundial, onde é valorizada uma formação tecnicista, focada nas chamadas capacidades instrumentais, na contramão de uma perspectiva crítica de realidade e da produção de conhecimento de qualidade, com vistas a subsidiar a reflexão e a intervenção sobre a realidade. Nas palavras de Yamamoto (2014, p. 627):

O discurso que fundamenta a formação por competência pode encontrar na cultura profissional do Serviço Social uma ambientação favorável à sua difusão em decorrência de seus vínculos com a empiria e certa mitificação da “prática profissional”. Considerando a dimensão teórico-prática da profissão, é fácil associar as competências específicas por ela requeridas à integração entre o saber, o saber-fazer e o saber ser. Acompanha-as a valorização das experiências vividas e da própria subjetividade no exercício cotidiano. Pode-se resvalar no perfil conservador das “tecnologias sociais voltadas ao desenvolvimento”, em detrimento de uma formação acadêmica de maior solidez, discurso este favorável aos reclamos do “mercado” num contexto de crise”.

As contribuições tanto de Yamamoto quanto dos demais autores e entrevistados com quem se dialogou até o momento evidenciam o permanente embate entre a afirmação de um perfil profissional crítico, oriundo de uma formação de caráter generalista, e no seu revés a ameaça constante de retornar a um perfil conservador, ainda que travestido da modernidade expressa nas tecnologias, especialmente sociais. Neste sentido, é preciso atenção contínua.

Também é necessário considerar que, ainda que bastante anunciada enquanto característica do atual projeto de formação profissional, o perfil generalista do egresso pode não estar se efetivando no cotidiano da formação. Esse é o principal desafio identificado até este momento do desenvolvimento da pesquisa. Ora, não basta afirmar o caráter generalista, é preciso concretizá-lo. Para isso é necessária atenção à articulação indissociável entre os núcleos dos fundamentos da profissão, aos processos de leitura e análise da realidade, bem como a adoção da perspectiva de totalidade como condição *sine qua non* para fazer frente às investidas conservadoras que buscam deturpar o atual projeto de formação profissional.

2. À GUIA DE ENCERRAMENTO: NA DOR E NA ALEGRIA, OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DA AFIRMAÇÃO DE UMA FORMAÇÃO GENERALISTA

Ao concluir este trabalho afirma-se a relevância de investigar a concretização do caráter generalista no processo formativo. Neste percurso investigativo foi bastante desafiador enfrentar a necessidade de primeiro captar seu significado para a categoria,

movimento que exigiu um resgate da processualidade histórica dos projetos de formação, sempre analisados e compreendidos em paralelo com o desenvolvimento da profissão e com a dinâmica da sociedade brasileira.

O importante movimento de voltar às produções que antecedem ao processo de elaboração das Diretrizes Curriculares, realizado entre os anos de 1995-1996 possibilitou captar o liame que vincula o projeto de formação dos anos 1980 ao projeto inaugurado nos anos 1990. Da mesma forma foi possível aprender os pontos que os distinguem. Entre rupturas e continuidades destes dois projetos de formação, o elemento que determinou estes dois movimentos certamente foi a apropriação gradual da matriz crítica marxista, o seu amadurecimento e sua posterior consolidação como fundamento para a direção ético-política hegemônica na profissão.

Feito este percurso, à guisa de encerramento, ainda é importante salientar - o que já fora dito algumas vezes no desenvolvimento deste trabalho - que a menção ao caráter ou perfil “generalista” não é feita diretamente nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Assembleia da ABESS-CEDEPSS em novembro de 1996. Ainda assim, ela consta no documento da Comissão de Especialistas (MEC, 1999), o que permite afirmá-lo enquanto traço constitutivo do projeto de formação, uma vez que consta no conjunto dos documentos que expressa tal projeto.

Por último, seguindo os aprendizados acumulados a partir dos autores estudados, é imprescindível afirmar que um projeto de formação profissional não se resume a uma grade de disciplinas. Pelo contrário, ao mesmo tempo ele é produto e produtor das dimensões de um projeto profissional mais amplo, pois envolve formação, trabalho e organização da categoria profissional. Um projeto de formação profissional recebe as tensões permanentes do projeto societário, ao passo que também produz inflexões na sociedade capazes de produzir transformações. Portanto, o projeto de formação profissional, tal como o projeto profissional, é algo vivo, processual e que precisa de constante atenção, cuidado e cultivo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS-CEDEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 430-455, 2016.

CORAL, Marinês. **As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. Formação, trabalho e lutas sociais. São Paulo, Cortez, n. 120, número especial, ano XXXIV, p. 609-639, dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Maria Lucia de. A formação profissional e as exigências do Serviço Social no cotidiano de sua prática. **Serviço Social & Sociedade**, p. 82-102, 1984.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 8, ABESS/CEDEPSS; Cortez Editora, 1998.